

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS.

Deusenir de Moura Santos ¹, Edson Aparecido de Araújo Querido Oliveira ²

1 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCA – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP.
Rua Conselheiro Lafaiete, 16 Bosque dos Eucaliptos-12.233-560
e-mail: deuseniy@aol.com

2 – Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos – SP e-mail: edson@vdr.cta.br

Palavras-chave: Renda, São José dos Campos, Análise

Área de Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Resumo: O assunto abordado neste trabalho é bastante discutido e de grande importância mundial. É um tema que faz parte da realidade, a questão de distribuição de renda atinge principalmente as pessoas de classes mais baixas em países em desenvolvimento. Atualmente, a população vem sofrendo com esta dura realidade ou seja uma situação drástica, onde não há boa moradia, alimentação, assistência médica, escola e também o desemprego que aumenta ainda mais quando se tratando de países subdesenvolvidos. O objetivo deste trabalho passar um pouco sobre como está a distribuição de renda no Brasil e no município de São José dos Campos e suas principais consequências, fazendo com que todos reflitam sobre a situação. O índice de desemprego é muito grande e as crianças são obrigadas a trabalhar para ajudarem na renda da família. O tema "Distribuição de Renda" é de grande importância para o nosso cotidiano, pois trará informações para o melhor entendimento de todos sobre as desigualdades sociais.

1 Introdução

As preocupações com a distribuição de renda da população vem desde a Grécia Antiga, com os pensadores sociais Platão, Aristóteles e Xenofonte esse pensadores dedicaram vários trechos de suas obras a justiça social e ao uso da riqueza, embora não advogassem a plena igualdade entre os homens.

Na Idade Média, os escolásticos reclamaram justos salários e recomendaram aos comerciantes a prática de preços compatíveis com o valor das mercadorias, externariam ainda com a prática comerciais que conduziam a concentração de riqueza.

Na fase Pré-Científica da Análise Econômica, os mercantilistas liberais do século XVII desenvolveriam importantes trabalhos sobre a distribuição de familiar, destacando entre eles os Estudos Estáticos de W. Petty, ele procurou, efetivamente, quantificar as disparidades repetitivas pessoal, abrindo uma importante fonte nesse terreno, que só seria redescoberto dois anos depois por Vilfredo Pareto e plenamente desenvolvido após a Segunda Guerra.

No século XVII, a análise de repartição pessoal ganharia grande impulso, na França após os trabalhos de Quesnay, Mira Beau e Du Pont de Nemours a respeito da circulação e apropriação da riqueza, Turgot desenvolveu

importantes pesquisas no terreno da repartição. Na Inglaterra nesse mesmo período, Adam Smith ocupou-se cansativamente dessa questão, basicamente dos mecanismos determinantes das taxas de remuneração dos fatores de produção, Smith abriu novas perspectivas para o estudo da repartição pessoal.

No século XIX, a análise da distribuição transformar-se-ia no objeto central da Economia. Ricardo e Mill, consideraram que o principal problema da Economia Política seria determinar as leis que regular a distribuição de renda, enquanto os socialistas se entregariam a análise das desigualdades econômicas individuais.

Ainda no século XIX, em reação a análise socialistas, os teóricos de Viena e Lausane desenvolveram novos modelos de distribuição. Opondo-se ao marxismo através de sua teoria geral do valor. Pareto destacou-se pois analisou as dimensões das desigualdades da distribuição de renda entre os indivíduos.

A partir do século XX, aumentaram as pesquisas sobre a divisão individual de renda. A contabilidade nacional passou a fornecer dados que permitiram analisar sob as mais diferentes óticas os problemas de divisão de renda.

As novas pesquisas neste terreno intensificaram-se após a publicação da General

Theory de Keynes, que sustentou que um dos principais defeitos do mundo econômico em que vivemos é a sua arbitrária e desigual distribuição da renda. Keynes procurou mostrar que as desigualdades sociais poderiam ser justificadas por razões sociais e psicológicas.

Ainda no século XVII, os homens de negócios, assim como os economistas europeus, haviam percebido que a grande fonte de riqueza de uma nação não era mais o comércio ou acumulação de ouro obtida através da venda de produtos, como pregavam os defensores do capitalismo comercial, mas sim a produção das mercadorias que o mercado mundial necessitasse ou que viesse a necessitar.

Portanto, a partir de mercadorias do século XVIII, a capacidade de produzir tornou-se a grande fonte de riqueza de uma nação. Desejosa de maiores lucros, a burguesia estimulou e financiou pesquisas técnicas para aumentar produção, principalmente na Inglaterra, surgindo assim a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial possibilitou um grande aumento da produção de mercadorias e conseqüentemente, lucros de burguesia, resultando em uma riqueza que era para alguns membros da sociedade.

Em busca dessa riqueza outros países realizaram a Revolução Industrial, os quais começaram a disputar entre si o domínio dessas riquezas. Então começou a dominação econômica de um país sobre o outro.

Começaram a colonizar novas terras e explorar suas matérias-primas e mão-de-obra escrava. Toda riqueza tirada dessas colônias eram levadas para os países colonizadores acumulando riquezas, onde se tornaram países ricos. Com o passar dos anos essas colônias só eram exploradas, e conseqüentemente não sobrava nenhum lucro para estas colônias de exploração tornando-se em países pobres.

As colônias que de povoamento conseguiram se tornar ricas também, pois parte da matéria-prima explorada ficava na própria colônia tornando-se países ricos.

2 Distribuição de renda no BRASIL

O Brasil tem obtido no decorrer do século profundas mudanças na sua distribuição de renda, em virtude das variações do nosso Produto Interno Bruto, que vem a ser o total das mercadorias e serviços finais produzidos no país em determinado período, sob escala, análise de cálculos e levantamentos junto às instituições estudiosas neste assunto, notamos incríveis oscilações entre o PIB dividido pela população e

o PIB per capita onde no ano de 1980 alcançamos o dobro com relação ao ano de 1968, que, por sua vez, fora o dobro com relação ao ano de 1948, onde este último, só alcançando o dobro do ano de 1920. Desta forma, progressivamente observa-se uma aproximação nesta valorização decorrido menores períodos.

No entanto, em virtude das terríveis crises eclodidas nos anos de 1930, 1960, 1980, mais recente no início da década de 90, não há melhores resultados.

Em cada investida criavam-se novos empregos, a cada novo emprego criado melhor ou maior o status social capaz de ser alcançado para uma nova família. Desta forma, com mais empregos criados o Produto Interno Bruto resulta ainda novas fórmulas para análise de Distribuição de Renda, onde obtemos a partir de cem vezes a razão do PIB nominal pelo índice de preços o PIB Real e a partir da Razão do PIB Real pela população alcançamos o PIB per Capita, ou seja, o Produto Interno Bruto por cabeça, ou por habitante, que finalmente nos leva a determinar a demanda agregada em determinado período que é igual a demanda da renda.

A partir da demanda da renda seguindo à seqüência lógica acima somos capazes de alcançar a distribuição de renda de cada período. Mas, contudo, a análise da variação da distribuição de renda conforme observamos não se restringe exclusivamente ao investimento, mas, também do resultado do crescimento populacional, uma vez que, as taxas demográficas tinham alcançado índices exorbitantes até a expansão de doenças avassaladoras que têm invertido não só a taxa de crescimento da natalidade como também contribuído com o aumento da taxa de mortalidade, de qualquer forma tudo contribui para o desaceleramento do crescimento da explosão demográfica.

Com a menor taxa de crescimento populacional e controle da taxa de mortalidade, cria-se a expectativa de melhor análise e controle na distribuição de renda, senão pelas intempéries do mercado, e atribuições mais diversas do mercado mundial, afinal, a crise da distribuição de renda antes de setorial, regional, estadual, e nacional, notoriamente percebe ser muito mais um grande problema mundial.

Assim, herdamos crises e ranhuras das crises de outros países e blocos mundiais, que detonam como efeito de jogo de dominó ascensão lenta e muito aceleradamente a queda dos mercados nacionais e mundiais.

Dentre os efeitos que mais têm influenciado na distribuição de renda, podemos citar também a globalização econômica que atinge os mais distantes e divergentes pontos do hemisfério na velocidade da informação, ou mesmo, da informatização, afetando mais abrupta e velozmente quando leva a um resultado dos mais pavorosos para o povo o desemprego.

Nos tempos atuais, não diferentemente de outros, mas com mais respeito e afincos, o desemprego tem marcado e manchado sociedades, quebrado países sem flexibilização econômica, e sem estruturação financeira.

Os órgãos de controle mundial utilizam para analisar e avaliar a distribuição de renda como Índice GINI, que relaciona as faixas da população acumulada dos mais pobres aos mais ricos, com a participação acumulada da renda destas faixas. Permite, então, avaliar a distribuição de renda de um país, região ou estado, quanto mais próximo de 0 (zero) melhor a distribuição de renda, que varia de 0 (zero) a 1 (um).

O fantasma do desemprego alarga e complica cada vez mais a possibilidade de nivelamento das classes sociais na pirâmide da distribuição de renda, aumentando intensamente às diferenças e a base daqueles que detêm o menor percentual de renda dentro do país, conforme observamos no gráfico a seguir:

Uma fórmula mágica e maravilhosa seria termos uma população econômica produtiva e ocupada com 100% de trabalhadores ativos e 0% de desempregados, no entanto, para se alcançar tais índices absurdos nos deparamos com a população que cresce geograficamente, apesar de uma menor escala do que na década de 80, possuíamos quebras e dissoluções empresariais, privatizações de empresas públicas, programas governamentais ilustrativos e punitivos, torturas taxas cambiais, e escravização disfarçada com salários medíocres.

2.1 As Conseqüências da Má Distribuição de Renda

Basicamente as principais conseqüências da má distribuição de renda é falta, de assistência médica, boa moradia, boa alimentação, falta de rede de esgoto etc. Em vista dessa precária condição, a população tem expectativa de vida menor.

A expectativa de vida no Brasil é de 68 anos., sendo que essa expectativa é baseada no número de anos que os recém -nascidos

viveriam se submetidos aos riscos de mortalidade existentes na época de seu nascimento.

A taxa de mortalidade infantil de um país é um bom indicador para medir as desigualdades na distribuição de renda, isso porque, para se manter a saúde de uma criança, muitos fatores são necessários: saúde da gestante, depois do parto, alimentação, higiene, assistência médica a criança e etc.

O trabalho infantil é outro problema nos países pobres, quando se trata de família urbana de baixa renda, as crianças com pouca idade já trabalham no comércio, em escritórios e empresas geralmente como office-boys, ou em outras atividades como engraxate, guardadores de carros, vendedores de flores, de bombons e etc.

O analfabetismo é outro grande problema da má distribuição de renda, pois muitas vezes as pessoas deixam de estudar para trabalhar. Isso ocorre não somente com as crianças em idade escolar, mas principalmente entre a população adulta. A taxa de analfabetismo no Brasil é de 19%.

Cada vez mais é necessário saber ler e escrever; isso é importante, entre outros motivos, para que o indivíduo possa se aproximar e desenvolver melhor a atividade a que se dedica. O analfabetismo limita o ser humano, o analfabeto se sente inferiorizado em relação as pessoas alfabetizadas ou que possuem certa instrução. Tal situação, tem favorecido principalmente os setores da classe social dominante, que se aproveitam desse sentimento de inferioridade dos analfabetos ou de seu baixo nível de instrução escolar para dominá-los política e economicamente.

A emigração de pessoas de países pobres para países ricos, se dá em busca de melhores condições de existência material. As Condições de vida precária, baixa renda, o desemprego, e a falta de possibilidade de ascensão social ou melhores rendimentos e outros fatores levam pessoas pobres migrarem em busca de melhores condições.

A fome sem dúvida é uma das principais conseqüências da má distribuição de renda, mesmo nos países ricos uma parcela da população é vítima da fome, isto é, tem alimentação deficiente. Mas nos países pobres o flagelo da fome atinge maior número de pessoas.

2.2 AS DESIGUALDADES SOCIAIS

A precarização das relações de trabalho, achatamento salarial, abertura política e crise do

Estado foram alguns dos fatores que obtiveram de forma significativa as condições de reprodução da população residente nas grandes metrópoles brasileiras e particularmente, na do Rio de Janeiro.

A população abaixo da linha da pobreza cresceu em 1991, na região metropolitana do Rio de Janeiro de 27,2% para 32,5%, enquanto em São Paulo caiu de 22% para 20,9% fazendo com que em 1989 o Rio de Janeiro comportasse entre todas às metrópoles o maior contingente absoluto de pobres, cerca de 3,64 milhões. O Rio de Janeiro se mostrou, ainda, a metrópole com maior grau de desigualdade na distribuição de renda, apresentando em 1989 um índice Gini de 0,673 superior ainda ao índice do Nordeste, e superior, ainda, ao índice de São Paulo de 0,566.

A crise dos anos 80 aprofundou as desigualdades sócio-espaciais no interior da metrópole do Rio de Janeiro. A precarização nas condições de trabalho e o empobrecimento da população ocorreram de forma mais acentuadas nas áreas periféricas, aumentando a distância social entre os dois municípios centrais – Rio de Janeiro e Niterói – e os demais.

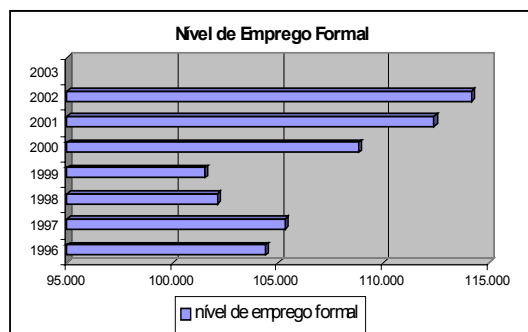
Deve-se levar em conta a distribuição de renda na análise do desenvolvimento de um país, ou seja, a forma pela qual os frutos do crescimento são partilhados pela população.

3.0 A Distribuição de renda na cidade de São José dos Campos

Com população de 559.710 habitantes (IBGE, 2002) e valor adicionado per capita estimado de R\$ 25 mil (Secret. Fazenda do Estado – 2001), São José dos Campos, a apenas 100 km da capital, é um dos centros industriais e de serviços mais importantes do interior paulista.

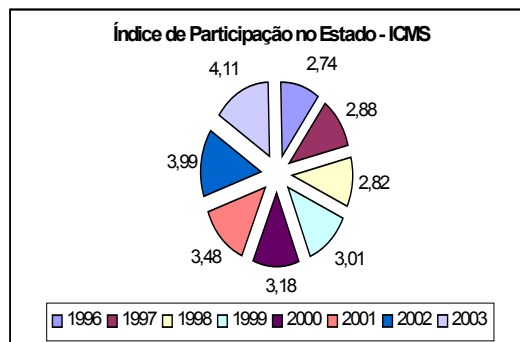
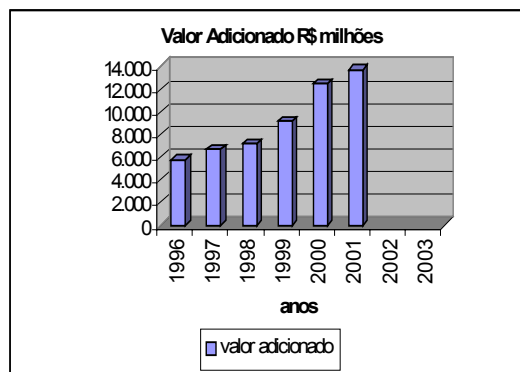
São José dos Campos encontra-se no 2º lugar dentre os municípios brasileiros – abaixo apenas da cidade de São Paulo – no ranking da produção industrial nacional, ocupa a 9ª posição entre as 100 melhores cidades brasileiras para negócios, conforme pesquisa da Revista Exame divulgada em 2002. Em outra pesquisa, realizada pela Cushman & Wakefield, empresa americana de negócios imobiliários, foi apontada como uma das sete cidades do mundo com as melhores oportunidades de investimento em imóveis.

Gráfico 1 – Nível de Emprego Formal



São José dos Campos está a 85 km da praia (Litoral Norte do Estado) e da montanha (Campos do Jordão), e a 100 km de São Paulo como alternativa de eventos culturais e artísticos. A cidade é o grande **centro de compras** regional e atende a todo o Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais, que representam um mercado de mais de 2 milhões de consumidores.

A cidade conta com 12 **condomínios** residenciais de alto padrão. Destaca-se, ainda, pela excelente oferta de serviços urbanos: 96% dos domicílios são atendidos pelas redes de abastecimento de água e 89% têm coleta de esgotos. 45% do esgoto e 97% da água da cidade são tratados, e novos investimentos estão sendo feitos pela SABESP (85% do esgoto passará a ser tratado). A cidade conta com coleta seletiva de lixo reciclável.



Na área da **saúde**, é pólo de referência no atendimento médico-hospitalar para o Vale do Paraíba, Litoral Norte e sul de Minas Gerais. Dispõe de 18 hospitais, 15 prontos-socorros, 33 Unidades Básicas de Saúde e nove Unidades Especializadas.

Conta ainda com um **complexo industrial** com 811 indústrias e emprega cerca de 46 mil pessoas, destaca-se no cenário nacional pelo forte desempenho nos seguintes setores, e suas respectivas cadeias produtivas: automotivo, de telecomunicações, aeroespacial e de defesa, setor químico e de petróleo.

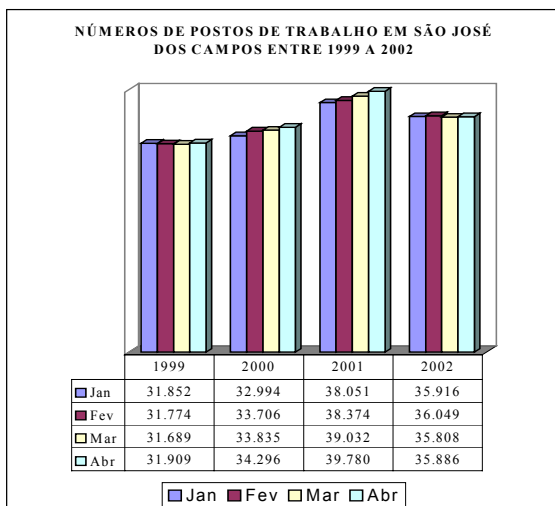
Entre as empresas locais, destaca-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica – **Embraer**, uma das maiores exportadoras do Brasil, detém o primeiro item da pauta de exportações, quarta empresa fabricante de aviões comerciais no mundo, líder no segmento de aviação regional. A nacionalização da produção da empresa tende a crescer à medida que novos fornecedores internacionais de peso vão instalando-se na região, como ocorreu com a britânica Pilkington Aerospace e a belga Sobraer.

O município conta também com **outras grandes empresas**, como: Refinaria Henrique Lage – Revap, General Motors, Monsanto, LG Philips, Ericsson, Johnson & Johnson, Kodak, Panasonic, Hitachi, Johnson Controls, Tectelcom, TI Automotive, Eaton, Orion, Rockwell Collins, Heatcraft, BBA Bidim, Crylor, Radicynylon. O **Distrito Empresarial** das Chácaras Reunidas concentra empresas de micro, pequeno e médio portes que, em sua maioria, são terceirizadas de grandes indústrias locais.

3.1 Como o Desemprego afeta a Distribuição de Renda na cidade de São José dos Campos

Apesar de São José dos Campos ser uma cidade com grandes empresas, apresenta também pontos negativos na distribuição de renda que agrava cada dia mais com desemprego .

Conforme gráfico 3 nível de desemprego



São José dos Campos, em 1987, tinha 52.332 postos de trabalho abertos com a população em torno dos 300.000. Em outubro de 1994, foi registrado o menor número de postos de trabalho com 31.589.

Com o aumento do desemprego, observou-se que os números atuais, estão

chegando próximo ao registrado em 1994, isto porque houve um aumento na transferência de indústrias para outros pólos. Este processo traz um aumento do desemprego para a cidade, que hoje possui de 40.000 a 45.000 trabalhadores nas ruas.

Estes números são assustadores já que em 1987 tínhamos 52.332 postos de trabalho para uma população de 300.000 habitantes, hoje temos 35.886 postos de trabalho para 800.000 habitantes.

CONCLUSÃO

Durante o trabalho, observou-se fatos que poderão ajudar na formação de cidadãos membros de uma sociedade cheia de injustiças.

Dentre os aspectos que mais chamam a atenção, está a desigualdade entre pessoa ricas e pobres. A situação da fome no município ainda é um fato muito alarmante, e que está aumentando cada vez mais devido ao mercado de trabalho pouco favorável para população . Com todas essas crises econômicas em que o mundo vem passando tem aumentado o número de desemprego, este fato contribuiu para que mais pessoas entrassem na chamada linha de pobreza.

Atualmente temos um mercado de trabalho que exige pessoas com alto grau de intelectualidade, e, aderir a essa nova sociedade informacional é antes de tudo investir em educação. É importante salientarmos também que não adianta termos uma sociedade em transição se não criarmos novas alternativas de emprego em torno da revolução tecnológica, afinal ela tira empregos no momento em que visa maximizar a produção, mas pode criar novos postos de trabalho que até então não existiam para que a distribuição de renda no mundo seja igual para todos para viverem em melhores condições.

A impressão que se tem é que os governantes não estão interessados na situação de pobreza, da miséria, do desemprego, da saúde, e da escola. Sabe-se que é muito difícil alterar esta situação, mas com esforço e dedicação pode-se obter resultados satisfatórios a fim de ajudar o próximo.

Bibliografia

Adas, Melhem. O Subdesenvolvimento e Desenvolvimento e o Estudo da América Volume 3. São Paulo. 1995. Editora Moderna

Rossetti. Introdução a Economia 16ª edição ampliada e atualizada . Editora Atlas.

Ruy, José Carlos. Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo. 1988. Editora Universo.

Moderna Enciclopédia para a educação 5ª edição . 1986. Editora Educacional Brasileira S/A.

Wonnacott, Paul; Wonnacott, Ronald . Economia. São Paulo . 1994. Markron Books.

Krugman, Paul R; Obstfeld, Maurice. Economia Internacional : Teórica e Prática. São Paulo. 2001. Makron Books.

.Sites: <http://www.ibge.gov.br/>

<http://www.ipea.gov.br/>

<http://www.sebrae.com.br/>